

«Não serei o candidato de todos os portugueses, porque há entre nós diferenças que nos distinguem. Mas serei, com o vosso voto, o presidente da República de todos os portugueses em liberdade e justiça».

SOARES CARNEIRO

A Voz de LOULÉ

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO DO MAIOR E MAIS IMPORTANTE CONCELHO DO ALGARVE

Preço Avulso: 6\$00 N.º 807
ANO XXIX 4/12/1980
Tiragem média por número:
2 700 exemplares.

Composição e impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETARIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
«GRÁFICA LOULETANA»
Telef. 62536 8100 LOULÉ



PORTO
PAGO

1952 - 1.º de Dezembro - 1980

Vinte e oito anos depois

A data do 1.º de Dezembro foi propositadamente escolhida por nós para lançamento de «A Voz de Loulé» por a considerarmos como altamente significativa para um Povo cioso da sua independência, após a mordida de 60 longos anos de subjugação ao domínio Filipino.

Hoje, passados que são 340 anos, a palavra independência volta a ter, para nós, um significado semelhante... embora os ventos soprem de quadrante diferente. Por isso continuamos firmes no nosso posto, contra ventos e tempestades, para nos mantermos fieis a princípios de independência que nortearam os homens de 1640 e que devem animar quantos, em 1980, estão dispostos a evitar que de novo Portugal seja arrastado para a dependência política, económica e militar de forças estranhas que muito bem têm sabido camuflar-se com nomes de parti-

O ABSOLUTISMO DE ESTADO

Crónica de
— LUÍS PEREIRA —

«Onde força não há, direito se perde» — ROUSSEAU in Contrato Social, 1762.

Creio que há uma crise de consciência no nosso País.

Quando não existe responsabilidade moral não há uma forma culminante e verdadeiramente autêntica da responsabilidade. Não existem ainda condições necessárias à liberdade. Ninguém é plenamente responsável pelos seus actos.

Há um absolutismo de Estado (continua na pág. 5)

Razões de apoio ao General Soares Carneiro

1 — COLABORAÇÃO, INDISPENSÁVEL À CONSTRUÇÃO

Para todo o cidadão, qualquer que seja a actividade a que normalmente está ligado, a tarefa da construção e do progresso reveste-se de enormes dificuldades, sendo causa de grandes preocupações e de muito trabalho.

Contudo, também é sabido que a conquista dos objectivos que se perseguem só é possível quando em qualquer organização económica, social ou política, assente na garantia de cada

dos que mais não fazem do que servir interesses estrangeiros.

E se para nós é altamente significativo o sentido de Pátria também não podemos esconder a alegria que sentimos em 1952 por termos tido a possibilidade de melhor servir a nossa terra, proporcionando-lhe a existência de um órgão de informação de que tanto carecia para legítima defesa dos seus interesses.

Passados que são vinte e oito anos, ainda se mantém firme no nosso espírito o veemente desejo de continuarmos a servir Loulé, apesar da dura luta que diariamente é preciso travar e dos problemas que é preciso resolver para que, semana após (continua na pág. 5)

LOULÉ PREPARA-SE para festejar condignamente as «bodas de diamante» do seu Carnaval



A reprodução da fotografia acima mostra-nos como Loulé festejou, em 1908, o seu segundo

Quando a morte resolve o problema

Sobre este título, publicou recentemente «A Voz de Loulé» uma crónica assinada pelo nosso colaborador Luís Pereira em que se ressaltava o facto de «O convento de Santo António ser um lugar triste, velho, onde as ruínas, os cães, os trapos amontoados e a tábuia podre são a mobília de dois velhinhos aleijadinhos, mal agasalhados e olhos de fome».

Sabíamos que isto era verdade e por isso publicámos a referida crónica, supondo que dessa forma alertaríamos as autoridades responsáveis para que algo fizessem no sentido de atenuar tão grande chaga social ainda existente no nosso meio. Simplesmente acontece que a (continua na pág. 4)

NÃO VOTAR em Soares Carneiro é queimar os louros da vitória da A. D.

por
— FILIPE VIEGAS —

Dentre sete, dois candidatos à Presidência da República, os Generais Eanes e Soares Carneiro, se defrontarão, a sério e tenazmente, pela disputa do mais representativo cargo do Estado.

Quanto ao General Eanes, personalidade tão controversa, já muita tinta fez gastar, em comentários e polémicas, sendo ainda, para muitos, uma figura cujo perfil político é indefinível e de carácter ensombrado.

Poder-se-á contar como certos, os votos a seu favor da esquerda marxista, stalinista-leninista e de simpatizantes, não declaradamente afectos aos ideais do Socialismo Marxista ou Comunismo Stalinista-Leninista, ditos independentes, apatridários, que por incapacidade



de discernimento político e até social, ainda vão, ao sabor do canto do cisne, apostar na tão representativa prática política (continua na pág. 4)

O PODER LOCAL — LOCAL SEM PODER

Não há como consultar os painéis dos átrios das Câmaras Municipais. Em algumas, é possível saber o que resulta das longas e por vezes agitadas reuniões, muitas as vezes não sendo fácil de se conseguir o consenso para um resultado final. É a democracia.

Já não será democracia quando o Poder Central obstaculiza as acções que o Poder Local muito justamente e vamos lá

humanamente gostaria ver resolvido. Para mais, quando o actual Poder tanto lutou pela descentralização. Lamentavelmente continua como dantes.

Este preâmbulo é necessário para mostrar, o que não é nada agradável, em termos de governação de uma Autarquia, o que se passa ao nível da Burocracia Central em nítida oposição

(continua na pág. 3)

Loulé dispõe agora de mais eficientes serviços de segurança social

Através de anúncio publicado no penúltimo número deste jornal, a população de Loulé tomou conhecimento de que abriu nesta Vila a Delegação Administrativa do Centro Regional de Segurança Social de Faro e que esta se localiza na Rua Antero de Quental, n.º 24-A1.º.

Pela leitura do texto do Aviso se entende quanto são relevantes os serviços que ficam

agora ao dispor da população local, que assim vê facilitadas todas as suas relações com uma entidade que presta já tantos e tão importantes serviços a uma vasta camada populacional.

Vê-se assim que é uma realidade cada vez mais evidente a tão falada descentralização de serviços oficiais, com a qual todos teremos a ganhar — des- (continua na pág. 3)

MAIS UMA VEZ VAMOS TER ELEIÇÕES E MAIS UMA VEZ É IMPERIOSO QUE TODOS VOTEMOS PARA QUE REALMENTE SEJA ELEITO UM PRESIDENTE PARA TODOS OS PORTUGUESES E NÃO PARA OS ABSENTISTAS.

COTERRA — Empresa de Construções do Algarve, Lda.

Certifico que, por escritura de 19 de Maio de 1980, lavrada no Cartório Notarial de Lagoa (Algarve), e exarada de fl. 95 v.º a fl. 98 v.º do livro de notas n.º 110-B, Maria Filomena Clemente Prata Ataíde Neves dividiu a sua quota no valor nominal de 200 000\$ que possuía na sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada em epígrafe, com sede no povo e freguesia do Algoz, concelho de Silves, em duas novas quotas de 100 000\$ cada uma, e cedeu uma a Maria Manuela Prata de Ataíde Neves e outra a Nuno Filipe Prata de Ataíde Neves, pelos seus valores nominais.

A cedente apartou-se da sociedade e renunciou às suas funções de gerente;

Que o capital social da referida sociedade foi elevado de 400 000\$ para 1 000 000\$, cujo aumento, de 600 000\$, foi subscrito, em dinheiro, pelo sócio António Manuel de Ataíde Neves Sequeira, tendo este unificado a quota subscrita à que já possuía na sociedade.

Pela mesma escritura foram alterados os artigos 3.º, 4.º e 5.º dos estatutos, sendo-lhe aditados os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º, nos termos seguintes:

3.º — O capital social, integralmente realizado e subscrito, em dinheiro, já entrado na caixa social, é de 1 000 000\$ e corresponde à soma das seguintes quotas: uma no valor nominal de 800 000\$, pertencente ao sócio António Manuel de Ataíde Neves Sequeira, e duas de 100 000\$ cada uma, pertencentes a cada um dos restantes sócios, Maria Manuela Prata de Ataíde Neves e Nuno Filipe Prata de Ataíde Neves.

4.º — A administração da sociedade será exercida pelo sócio António Manuel de Ataíde Neves, que desde já fica nomeado gerente com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, ficando a sociedade obrigada em todos os seus actos e contratos, activa e passivamente, em juízo e fora dele, com a assinatura deste sócio, podendo os actos de mero expediente e, bem assim, os depósitos bancários ser assinados por qualquer dos sócios.

§ 1.º — O gerente poderá

delegar, totalmente ou parcialmente, os poderes de gerência de que fica investido em qualquer pessoa estranha à sociedade.

§ 2.º — Nenhum sócio poderá obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras de favor e mais actos de interesse alheio aos negócios sociais.

5.º — As prestações suplementares de capital e os suprimentos dos sócios à sociedade serão efectuados nas condições que forem deliberadas em assembleia geral.

6.º — A cessão, total ou parcial, de quotas é livre entre os sócios; em relação a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência. Fica desde já autorizada a divisão de quotas para efeito da cessão.

7.º — A sociedade poderá adquirir a quota de qualquer sócio e amortizá-la:

a) Por acordo com o respectivo sócio;

b) Por morte ou interdição de qualquer sócio;

c) No caso de penhora ou arresto de uma quota ou quando, por qualquer motivo, haja de proceder-se à sua arrematação ou adjudicação judiciais.

§ único — O pagamento do preço da amortização será feito nos seguintes termos: um quinto no acto de amortização e o restante em quatro prestações iguais e anuais, vencendo-se a primeira doze meses após a data da amortização.

8.º — As assembleias gerais, sempre que a lei não exija formalidades especiais, serão convocadas por meio de carta registada dirigida aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, devendo dela constar o objecto da convocação.

9.º — A sociedade dissolve-se nos casos legais, mas em caso de dissolução serão liquidatários os sócios: na falta de acordo quanto à liquidação e partilha, será o estabelecimento social; com todos os seus elementos, adjudicados àquele que melhor proposta apresentar em licitação verbal.

Está conforme.

Cartório Notarial de Lagoa (Algarve), 21 de Maio de 1980.

A Ajudante,
Maria Cecília G. Pargana

A Voz de Loulé, n.º 807, 5-12-80
TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Por este Tribunal, 2.ª Secção, correm éditos de 20 dias, a contar da 2.ª publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos que tenham garantia real sobre o direito abaixo indicado para, no prazo de 10 dias, posterior ao dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos por apenso aos autos de execução sumária n.º 35/80, que Fernando Manuel Viegas de Brito move contra Manuel Inácio Rodrigues Giomar, rua 5 de Outubro, Loulé, autos nos quais foi penhorado o direito ao arrendamento e trespasse do estabelecimento comercial do executado sito na rua 5 de Outubro, 70 e 72, em Loulé.

Loulé, 19 de Novembro de 1980.

O Juiz de Direito,
Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
João-Maria Martins da Silva

CERRO ALTO — PARRAGIL



MARIA ROSA CORREIA
AGRADECIMENTO

Seu marido, filhos, genro, noras, netos e restante família receando cometer qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas de todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, vêm tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantos se dignaram acompanhar a saudosa extinta à sua última morada, numa sentida manifestação de pesar que não poderemos esquecer.

Compram-se Usados

Móveis, Máquinas, Electrodomésticos, ect..

Resposta a este jornal ao n.º 98.

(2-1)

PRECISA-SE

Apartamento de 2 ou 3 assoalhadas, em Loulé ou Faro, para escritório.

Tratar pelo telef. 63288 — LOULÉ.

(3-1)

DANIEL CEBOLA & LOURDES, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ
1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 9 a 10 v.º, do livro n.º 119-C, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Daniel Coelho Cebola e Maria de Lourdes Apolinário Coelho, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade, adopta a firma de «Daniel Cebola & Lourdes, Limitada», tem a sua sede na Rua Frei Joaquim de Loulé, número quarenta e cinco, rés-do-chão, direito, desta vila e freguesia de São Clemente, e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir desta data.

Segundo — O seu objecto é a construção civil e actividades com ela relacionadas, tais como urbanizações e compra e venda de imóveis, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, que a sociedade resolva explorar e a lei permita.

Terceiro — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de duzentos mil es-

cudos, e está dividido em duas quotas iguais de cem mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — 1. Ambos os sócios são nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Para obrigar validamente a sociedade basta a assinatura de qualquer sócio gerente ou seu procurador.

3. Qualquer sócio gerente poderá delegar em quem entender, mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência.

4. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Quinto — A cessão de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios é livremente permitida; — a estranhos, depende do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Sexto — As Assembleias Gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com pelo menos oito dias de antecedência, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 21 de Novembro de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Vai a Lisboa?

VISITE E HOSPEDE-SE NO HOTEL LIS 2 ★★

O mais central de Lisboa — Óptimas instalações

Agora todos os quartos com banho ou chuveiro

O melhor preço — O melhor local

Fica mesmo junto ao cinema Tivoli

Ambiente familiar

Situado na Av. da Liberdade, n.º 180
LISBOA — Telefones 563434/5/6/7/8



Pastelaria AMENDOAL

Largo Gago Coutinho, 22 — Telef. 62503
LOULÉ

PARA AS SUAS OFERTAS
RECOMENDAMOS
O BOLO REI «AMENDOAL»

Lindas Cartonagens e Peças de Louça
com Chocolates e Doces Regionais do Algarve

COM OS NOSSOS CUMPRIMENTOS.

RELOJOARIA FARRAJOTA

JOSÉ MANUEL DIAS FARRAJOTA

ARTIGOS DE PRATA

Agente Oficial dos Relógios

CERTINA — MAYO-SUPER E RUBI

Especializado em consertos de relógios
mecânicos e electrónicos

CENTRO COMERCIAL DE QUARTEIRA

Loja n.º 4 — (Rua Vasco da Gama)

Razões de apoio ao General Soares Carneiro

(continuação da pág. 1)

secreto, como é o caso do Presidente da República, Assembleia da República e Governo, este formado com base na maioria existente, se exige um empenho claro de todos eles, com certeza de que, sem prejuízo das funções que a cada um compete e, portanto, sem quaisquer submissões de uns em relação a outros, todos vão «puxar» para o mesmo lado.

Isto é, em concreto: o equilíbrio, a ponderação, o bom senso e a tarefa de reconstrução nacional, não consentem um clima de «guerra» permanente entre o Presidente da República e o Governo, como por exemplo o que hoje se verifica. E não admira tal atitude do P. R. em relação ao actual Governo, pois o General Eanes declarou muito recentemente que nunca se poderia identificar com o projecto, económico-social da A. D. (depois de ter dito que se iden-

tificava com ele, mas isso apenas com fins eleitorais...).

Do mesmo modo, pretendendo o General Eanes ser apoiado na sua candidatura pelas forças que, como a F.R.S. e o P.C.P., estão em oposição ao Governo do Dr. Sá Carneiro, fácil é concluir o que iria suceder se ele fosse reeleito.

Assim, e tendo em conta que a manutenção do regime, democrático exige, bom funcionamento e entendimento entre os órgãos de soberania, **RECUPERAÇÃO** económica e bem estar social, fácil é concluir que a candidatura bem como uma eventual manutenção do General Eanes como Presidente da República, são contrárias a tudo isso.

Na prática, isto equivale a que o Governo dá um «passo» e o P. R. está à espreita para ver se pode travar o outro «pé». E deste conflito aberto, resultariam graves consequências para o Povo português durante os

próximos 4 anos pois não haveria condições para governar.

3 — ESTAREMOS CONDENADOS A CONTINUAR A TER UMA CONSTITUIÇÃO COMO GERME DO COLECTIVISMO?

Todos sabem que durante o funcionamento da Assembleia Constituinte foi aprovada a Constituição da República possível, perante o clima de agressão, violência, coacção, muitas vezes, até quase de guerra civil, que se viveu essencialmente da responsabilidade dos revolucionários e marxistas.

Mas também é natural que passado esse período a Constituição seja revista, de modo a adaptá-la à situação democrática que hoje se vive, bem como aos tipos de sociedade da Europa Ocidental, em que as constituições permitem, pela sua abertura, a acção governativa de qualquer das forças democráticas.

Mas o que se verifica é que todos os que não concordam com a completa democratização de Portugal, ou então vivendo em permanente ambiguidade, e querendo alimentá-la, sustentam serem de manter na lei fundamental, disposições que já se viu que o povo não aceita.

Como é evidente os Portugueses, que, além de proclamarem a democracia e a liberdade, são de facto pelo inequívoco rumo de Portugal no caminho da Europa Ocidental, não poderão admitir que na nossa Constituição continuem a existir princípios que caracterizam as sociedades de estrutura socialista e colectivista.

Faro, 17 de Novembro de 1980.

O mandatário do Gen. Soares Carneiro no Algarve

A Coordenadora Distrital de Apoio ao Gen. Soares Carneiro

Loulé dispõe agora de mais eficientes serviços de segurança social

(continuação da pág. 1)

de que as pessoas responsáveis se compenem das suas responsabilidades e cumpram cabalmente com as suas obrigações, como nos parece ser o caso presente do Centro Regional de Segurança Social de Faro, do qual temos as melhores impressões.

E tivemos agora mais uma confirmação por causa duma gralha contida no anúncio a que estamos fazendo referência, pois aconteceu simplesmente que mal o nosso jornal chegou ao Centro Regional de Faro logo alguém teve o cuidado de

nos telefonar para nos comunicar que, na antepenúltima linha do anúncio estava uma gralha muito importante, pois trata-se de um Serviço SOCIAL e não nacional como saiu e que não diz nada. Aliás, foi-nos referido que se trata de uma das mais importantes missões do novo serviço que acaba de se instalar na nossa Vila e por isso havia toda a vantagem em rectificar o lapso para chamar a atenção de todos os interessados para a nova realidade que é uma assistência que se pretende seja cada vez mais válida e eficiente ao serviço de todos.

Poder local — Local sem poder

(continuação da pág. 1)

ção à tão propalada Descentralização.

Pois no átrio da Câmara Municipal de Loulé vimos, surpreendentemente, um estudo para a colocação de Semáforos no conhecido nó Rodoviário «4 Estradas». Está em exposição pública o que se pretende levar a cabo para o maior problema, ao nível de trânsito rodoviário, do Algarve, se exceptuarmos as duas famosas passagens de nível que persistem na mesma Estrada Nacional 125, lá para os lados de Barlavento, que tão grandes transtornos têm causado ao desenvolvimento. Historiando um pouco, em 14 de Maio do corrente ano a C. M. de Loulé pede parecer, por cortesia, à Junta Autónoma das Estradas, sobre um projecto de colocação de Semáforos na referida zona. Responde a mesma Junta em 25 de Junho a informar não haver concessão «Superior» para tal Projecto. E a 9 de Setembro os entraves ainda são maiores. Já informam haverem certos aspectos do problema que têm a ver com a participação da Brigada de Trânsito, no período do Verão. É nítida a obstrução. Perante o que desenvolvemos

quanto à forma dos tais pareceres superiores, é o caso para perguntarmos quais as tarefas que são acometidas a uma Autarquia? Recolha do Lixo? Limpeza de ruas?

Ou será só a recolha de votos?

Faro, Novembro de 1980.

C. Simões

Trespasa-se

Mercearia e Vinhos, situada na Praça Manuel Arriaga (Largo Manuel Mana), 35 — LOULÉ.

Informa no próprio local. (2-1)

AGÊNCIA VÍTOR

FUNERAIS
E TRASLADAÇÕES

Serviço Internacional

Telefones 62404-63282
LOULÉ — ALGARVE

CASAS DAS BUGANVILIAS - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário, Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 1 a 3, do livro n.º 119-C, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Raymond Franciscus Ludovicus Van Gelder e Ana Maria Simão do Vale, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — 1. A sociedade adopta a denominação de «Casas das Buganvilias — Sociedade de Construção Civil, Limitada», tem a sua sede na Quinta do Lago, freguesia de Almansil, concelho de Loulé e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir de hoje.

2. Por deliberação da Assembleia Geral a sede social poderá ser transferida para qualquer ponto do território nacional.

Segundo — O seu objecto consiste no exercício da indústria de construção civil, compra e venda de imóveis, urbanizações de terrenos, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de negócio que a Assembleia Geral decida exercer e não seja vedado por lei.

Terceiro — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de quinhentos mil escudos, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

Uma de quatrocentos e noventa e cinco mil escudos, pertencente ao sócio

Raymond Franciscus Ludovicus Van Gelder; e

Outra de cinco mil escudos, da sócia Ana Maria Simão do Vale.

Quarto — 1. A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelo sócio Raymond Franciscus Ludovicus Van Gelder, que a pode delegar por mandato em outro sócio ou em terceiros.

2. Só a assinatura do sócio Raymond Franciscus Ludovicus Van Gelder ou seu mandatário obrigará a sociedade.

3. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Quinto — A cessão ou divisão da quota do sócio Raymond Franciscus Ludovicus Van Gelder é livre. A da quota da sócia Ana Maria Simão do Vale depende da autorização da sociedade, que pode preferir amortizá-la ou adquiri-la para si pelo valor nominal.

Sexto — São exigíveis prestações suplementares de capital nos termos em que a Assembleia Geral deliberar.

Sétimo — A sócia Ana Maria Simão do Vale poderá retirar-se da sociedade quando o desejar, sendo a sua quota amortizada pelo valor nominal.

Oitavo — A Assembleia Geral é convocada por carta registada dirigida ao domicílio dos sócios, com oito dias de antecedência, pelo menos, se outra forma não for imposta por lei.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé,
20 de Novembro de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana



SECTOR DE BEBIDAS

A Pastelaria Amendoal

LARGO GAGO COUTINHO, 22 — TELEF. 62503 — LOULÉ

VENDE MAIS BARATO, CONSUMINDO EM SUA CASA

Whiskys
Vinhos do Porto
Espumantes
Brandies
Aguardentes
Licores
Vermutes
Leite c/ chocolate Ucal

Coca Cola
Sumol's
Sucol
Joi/Laranja
Tri Laranjus
Laranjina C
Fruto Real
Águas Minerais
Cervejas

PARA BRINDES:

Temos lindas «corbeilles» com garrafas

PREÇOS ESPECIAIS PARA:

Casamentos, Baptizados, Aniversários, etc.

FORNECEMOS:

Qualquer quantidade em caixas ou grades

EMPRESTAMOS VASILHAME:

Para casamentos, Aniversários, etc.

VERIFIQUE OS Nossos PREÇARIOS

COM OS Nossos CUMPRIMENTOS

1952 — 1.º de Dezembro - 1980

Vinte e oito anos depois

(continuação da pág. 1)

semana, «A Voz de Loulé» vá chegando a casa dos seus leitores para os informar com verdade e honestidade dos problemas locais e nacionais. É bem verdade que estes não são debatidos com a precisão e actualidade que seria do agrado dos nossos leitores e que nós tanto apreciariamos, mas temos de confessar que isso nos tem sido completamente impossível por carência de meios humanos.

É que «A Voz de Loulé», tal como aliás acontece com a maioria dos nossos colegas da imprensa regional, baseia a sua existência na actividade esporádica de uma pessoa que ao jornal sacrifica as suas horas de lazer e de sono e o impede de ter uma vida familiar normal e, praticamente, quase sem convívio entre amigos, sem noites de cinema ou televisão. Sem sábados livres, sem domingos despreocupados por que o jornal tem dias certos de sair (os atrasos ocasionais são originados pela tipografia) e não pode ficar para amanhã aquilo que tem que ser feito hoje, porque há problemas inevitáveis. Fazer um jornal de província é assumir uma responsabilidade em que o principal fautor é a firme determinação de sentir que a nossa terra tem necessidade de um órgão de informação, muito embora isso implique elevada dose de caridade e um certo espírito de sacrifício, sem correspondentes resultados económicos e, muitas vezes, perante a indiferença de muitos que poderiam ajudar-nos mas que recusam fazê-lo... para não assumirem responsabilidades por aquilo que escrevem, pois é muito mais cómodo «não fazer ondas».

Além de cansativo, o nosso trabalho é mal compreendido e sujeito às críticas mais mordazes porque escrever para um jornal, é totalmente diferente do «largar umas bocas» à mesa dum café e, dez minutos depois, dizer que «não foi bem isso que eu disse».

Apesar do trabalho persistente que exige e que o leitor que recebe o jornal nem sequer vislumbra, «A Voz de Loulé» está longe de corresponder aquilo que gostaríamos que fosse. Mas

resta-nos ao menos a consolação de verificar a alegria que proporcionamos aos nossos emigrantes de receber semanalmente uma mensagem da terra natal, que lhes enche o coração de júbilo por sentirem nas suas mãos algo daquilo que é seu e lhes fala das pessoas que conhece, dos amigos que aqui deixou e dos familiares que aguardam o seu regresso em beleza como prémio duma vida de duro trabalho, mas compensada por um desafogo económico que pode proporcionar alegria de viver e uma merecida felicidade pela qual todos sonhamos.

É esta nossa satisfação é tanto mais notória quanto é certo o podermos afirmar que o nosso jornal é, de entre todos os restantes do Algarve, o que conta com maior número de assinantes no estrangeiro, o que prova muito claramente a simpatia

que os emigrantes sentem pela «A Voz de Loulé» e por uma orientação que vai de encontro aos seus anseios de uma vida democrática e em plena liberdade de iniciativa e de expressão a que estão habituados a viver nos países que escolheram para melhorar as suas condições de vida e proporcionar um futuro mais risonho para os seus.

No dia 1.º de Dezembro «A Voz de Loulé» completou 28 anos de existência e esse facto justifica que saudemos quantos ao longo desta caminhada nos têm acompanhado com a sua colaboração preciosa e indispensável, com a sua palavra amiga e carinhosa, que tem servido de estímulo ao nosso trabalho e nos tem animado a prosseguir um caminho que desejamos continuar enquanto tivermos forças para tal.

O DIRECTOR

TOMÁS & IRMÃO, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL

DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 9, v.º, a 11, do livro n.º A-118, de notas para escrituras diversa, do Cartório acima referido, foi constituída entre António Manuel Paulos Tomás e Joaquim António Paulo Tomás, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma de «Tomás & Irmão, Limitada», tem a sua sede no Largo do Batalhão dos Sapadores do Caminho de Ferro, número seis, primeiro, esquerdo, desta vila e freguesia de São Clemente,

e durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir desta data.

Segundo — O seu objecto é a construção civil e actividades com ela relacionadas, tais como urbanizações e compra e venda de imóveis, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, que a sociedade resolva explorar e a lei permita.

Terceiro — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de um milhão e duzentos mil escudos, e está dividido em duas quotas iguais de seiscentos mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — 1. Ambos os sócios são nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Para obrigar validamente a sociedade é necessária e suficiente a assinatura de qualquer sócio gerente ou seu procurador.

4. Qualquer sócio gerente poderá delegar em quem entender, mediante procuração, todos ou parte dos seus poderes de gerência.

4. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Quinto — A cessão de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios é livremente permitida; — a estranhos, depende do consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Sexto — As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios, com pelo menos oito dias de antecedência, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 22 de Outubro de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

O ABSOLUTISMO DE ESTADO

(continuação da pág. 1)

que o 25 de Abril continuou nas mais diversas formas. A lei moral implica a liberdade.

Quando não existe o fundamento da obrigação moral, os Governos ou o Presidente da República, ainda que eleitos democraticamente pelo Povo, não são respeitados. As oposições desrespeitam em vez de apresentarem uma alternativa válida de Poder.

O Povo Português ainda não encontrou o seu modelo de perfeição, somente determinou o seu projecto de utilidade.

A vitória da AD é o preferível em relação a outras fórmulas políticas menos disciplinadas, mas não é um sistema racional e consciente em relação a um ideal.

A responsabilidade é consequência imediata da moralidade. Neste País não se exige do homem-político que ele responda pela forma como age. Exige-se do homem comum o que não se exige do homem-político.

Cícero tinha razão: «O que é importante é o que a própria consciência julga acerca da virtude e dos vícios; se ela faltar, tudo falta».

O absolutismo de Estado é um método inadequado ao desenvolvimento cultural de um Povo.

Há uma censura que trata com injustiça a integridade do homem social. O exercício do culto aos políticos é uma forma exagerada e especulativa que contribui para a manipulação da mente das pessoas. O absurdo político desenvolve-se na inferioridade cultural, no obscuro tecer do espírito inculto. O eleitoralismo e o pessoalismo não são medidas de ensino e de acção moral da educação tendentes a aperfeiçoar bons cidadãos. Existe uma estentação hipó-

crita no aparelho do Estado, uma nova classe privilegiada e burguesa, criada com a indefinição do 25 de Abril.

Não pode florescer o proveito da Cultura num País infrutífero, onde os costumes políticos substituem a verdadeira vida política.

Há uma classe que vive comodamente, porque é dirigista. Ninguém corrige a desigualdade das aptidões, nem a desigualdade das riquezas. Os que mais trabalham não são os que mais têm.

Não existe uma campanha educativa para que o homem-comum seja senhor de si próprio através do seu saber.

A iniciativa privada está aberta apenas aos interesses de uns quantos; porquanto muitas iniciativas próprias são marginalizadas.

A alternativa à mediocridade socialista não pode ser o completo desinteresse pela Cultura, tornando o Povo tão servidor como nos fregueses comunistas.

O dever do soberano é claro. O carinho que lhe é determinado não deve ser escuro.

Luís Pereira

PRECISA-SE

VENDEDOR

Com conhecimentos de material electromecânico.

Resposta a este jornal ao n.º 96.

(3-3)

AGÊNCIA DOCUMENTAÇÃO DO SUL de Noélia Maria F. Ribeiro

TRATAMOS DE:

- Legalização de automóveis estrangeiros (emigrantes)
- Renovação de cartas de condução
- Averbamentos ou substituições de livretes
- Títulos de propriedade
- Licenças de Circulação
- Declarações
- Requerimentos ou qualquer documentação comercial
- Seguros

Rua Maria Campina (antiga R. da Carreira)
Telefone 63103 — LOULÉ

TERRENOS ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/ CASA)

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES

COMPRA E VENDA: JOSE VIEGAS BOTA — R. SERPA PINTO, 1 e 13 — TELEF. 62634 — LOULÉ

Propriedade

COM AREIA PARA CONSTRUÇÃO

Propriedade situada nas Quatro Estradas, próximo das Duas Sentinelas, vende-se pela totalidade ou apenas a areia.

Tratar pelo telefone 22753 (escrit.) ou 26466 (resid.) — PORTIMÃO.

ÁRVORES DE FRUTO

— As melhores variedades nos melhores porta-enxertos

FALCÃO AGRÍCOLA, LDA.

— 38 anos de experiência ao serviço da FRUTICULTURA

VIVEIROS: Quatro Marcos — Moita do Ribatejo
Apartado 20 — Telef. 2390.180

DELEGAÇÃO: Estrada Marginal — Cruz Quebrada
Lisboa-3 — Telef. 2115104/05

FAÇAM AS VOSSAS ENCOMENDAS!

HAMMOND, LEVITT & FELIZARDO, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 35 a 37, do livro n.º B-118, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre John Hammond, John Malcolm Cole Levitt e Fernando José da Conceição Felizardo, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma de «Hammond, Levitt & Felizardo, Limitada», e tem a sua sede no sítio dos Barros de Almansil, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

Parágrafo único — A sociedade pode mudar a sua sede e estabelecer sucursais, agências, filiais e outras formas de representação, em qualquer parte do território português, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Segundo — O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços de administração e gerência de empreendimentos turísticos, podendo explorar qualquer outro ramo para o qual não seja necessária autorização especial, desde que acordado pela sociedade.

Terceiro — O capital social é de cinquenta mil duzentos e cinquenta escudos, integralmente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, e corresponde à soma de três quotas de dezasseis mil setecentos e cinquenta escudos cada uma, pertencendo uma a cada sócio.

Parágrafo primeiro — Podem ser efectuadas prestações suplementares sempre que a sociedade delas necessite, mediante prévia autorização da Assembleia Geral.

Parágrafo segundo — O capital social poderá ser aumentado por uma ou mais vezes por deliberação da Assembleia Geral.

Quarto — É livre a cessão de quotas ou parte, entre sócios;

Parágrafo primeiro — A cessão de quotas a estranhos fica dependente do prévio consentimento da sociedade, à qual fica reservado, em primeiro lugar, o direito de preferência; se a sociedade não quiser usar desse direito, competirá ele aos sócios, dividindo-se a quota na proporção das quotas dos preferentes que exercerem esse direito.

Parágrafo segundo — O sócio que pretender ceder a sua quota a estranhos deverá comunicá-lo à sociedade por carta registada com aviso de recepção, indicando o nome do pretendente, preço e condições da cessão; a sociedade convocará nos trinta dias seguintes a Assembleia Geral, a fim de esta deliberar, nos posteriores quinze dias, se consente na cessão ou deseja usar do direito de preferência.

Parágrafo quarto — Pertencendo aos sócios o direito de preferência que lhes fica reservado no parágrafo primeiro deste artigo, deverão os mesmos, na Assembleia Geral a que se refere o parágrafo anterior, declarar se desejam ou não optar na aquisição da quota a ceder.

Quinto — A gerência e administração da sociedade serão exercidas pelos sócios gerentes.

Sexto — Os lucros líquidos da sociedade, deduzido que seja a percentagem para o fundo de reserva legal, serão distribuídos ou retidos, conforme deliberação da Assembleia Geral.

Sétimo — Sempre que a lei não exija outras formalidades, as reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por carta registada dirigida aos sócios, com pelo menos oito dias de antecedência.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 5 de Novembro de 1980.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

VENDE-SE

CITROEN FOURGON 2 cv., Ano 1976, 155 contos p. p. Resposta ao jornal ao n.º 97.

(2-1)

MAREALTA — CONSTRUÇÕES, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 22 de Outubro findo, lavrada de fls. 7 v.º, a 9, do livro n.º A-118, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi mudada a sede da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que gira sob a denominação de «Marealta — Construções, Lda.», do sítio do Rio Seco, freguesia da Sé, concelho de Faro, para a Estrada Nacional, n.º 125, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, e, em consequência, alterado o artigo 2.º e ainda o artigo 6.º, do pacto social, tendo sido eliminado o § 2.º do artigo 4.º, que ficam com a seguinte redacção:

Art.º 2.º — 1. A socieda-

de adopta a denominação de «Marealta — Construções, Lda.», tem a sua sede e principal estabelecimento na Estrada Nacional n.º 125, freguesia de Almansil, concelho de Loulé;

2. Por simples deliberação da Assembleia Geral pode a sociedade mudar a sua sede social e, bem assim, criar sucursais ou filiais em qualquer ponto de Portugal Continental.

Art.º 4.º — 1. A cessão de quotas ou de parte é livre entre os sócios; — a estranhos é dada preferência aos outros sócios em primeiro lugar, e à sociedade em segundo.

2. Se mais de um sócio quiser preferir, a quota ce-

dida deverá ser dividida pelas preferentes.

Art.º 6.º — Independentemente dos suprimentos poderão ser exigidas prestações suplementares de capital por deliberação tomada em Assembleia Geral.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Novembro de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Pontes Santana

Trespasa-se

Auto Serviço Carapeto, na Campina de Cima — LOULÉ. Informa pelo Telef. 62241 — LOULÉ.

(4-1)

LUÍS PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paulo Peres Carapeto, N.º 21 — Telef. 62406

LOULÉ

VENDE-SE HORTA

Bem situada, perto de Boliqueime e Vilamoura.

Contactar pelo Telef. 65804

— QUARTEIRA.

(8-3)

Tal pai Tal filho.



A Ford lança, agora em Portugal, a nova geração de Tractores Ford da série 1000. Os mini-Tractores Ford foram concebidos para proporcionarem uma excelente adaptação aos mais variados tipos de tarefas. Tais como os trabalhos nas vinhas, nos pomares, nas áreas de horticultura, ou nos campos de golf, etc. Com:

- Motor Diesel;
- 12 velocidades;
- Controle de profundidade;
- Tracção às quatro rodas;
- Bloqueio de diferencial.

E é um gosto vê-los a trabalhar. Porque, tal como toda a gama de Tractores Ford, os novos modelos da série 1000 possuem uma notável capacidade de trabalho.

Tal pai... Tal filho...

TRACTORES FORD. UMA EQUIPA DE TRABALHADORES INCANSÁVEIS. COM MAIS DE 60 ANOS DE EXPERIÊNCIA

FOMENTO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DO ALGARVE, LDA.
Largo de S. Luís - Telef. 23061/4
8000 FARO



Tractores
Equipamento



APARTAMENTOS E TERRENOS

ALUGAM-SE E VENDEM-SE APARTAMENTOS E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA. TRATAR COM CONCEIÇÃO FARRAJOTA, RUA D. AFONSO III — R/C, (JUNTO AO RESTAURANTE «A MINHOTA») — QUARTEIRA, OU PELO TELEFONE (das 20-22 h.).

Faleceu José Francisco Costa

Com a provecta idade de 91 anos, que completaria no dia 30 de Novembro, faleceu há dias em casa de sua residência, nesta Vila, o nosso prezado amigo e dedicado assinante sr. José Francisco Costa, pioneiro do comércio de vinhos em Loulé e onde se estabeleceu, há 70 anos, com negócio de mercearia e vinhos.

Nascido em Querença em 1889 fixou-se em Loulé em 1910 o homem que, durante os 60 anos seguintes, seria uma das figuras mais conhecidas e consideradas da nossa terra, não só pelo dinamismo revelado como comerciante e industrial, como ainda na qualidade de gestor de várias empresas que aqui criou e desenvolveu, tendo sido também notória a sua acção como gestor municipal e Procurador à Câmara Corporativa.

José Francisco Costa cedo revelou as suas excepcionais qualidades de trabalho, inteligência, aguda visão comercial e a perspicácia que lhe haviam de garantir uma crescente prosperidade, também assegurada pela honestidade de princípios que nortearam a sua vida comercial e particular.

Não estaremos muito longe da verdade se dissermos que foi também pioneiro dos transportes públicos no Algarve, pois fundou, na década de 20, a empresa de passageiros «A Louletana, Lda.», de que foi sócio-gerente. Até 1957 foi, ininterruptamente, sócio-gerente da Auto-Algarve, Lda. e da Empresa de Viação Algarve, Lda., que resultaram de fusões sucessivas entre as congéneres de Loulé, Faro e Tavira.

Foi Presidente da Comissão Administrativa do Grémio de Transportes Automóveis. Membro do Conselho Superior de Viação e fundador da U. T. I. C.

Durante largos anos foi Mesário e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Loulé e membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loulé e Vereador da mesma, durante vários mandatos e Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente de Loulé.

Foi sócio-gerente da Sociedade de Vinhos e Frutas do Algarve, Lda.

Foi Procurador à Câmara Cooperativa em 3 legislativas e sócio efectivo da Sociedade de Geografia.

Apesar da sua avançada idade, o sr. José Francisco Costa conservou uma invulgar lucidez de espírito até aos últimos momentos da sua vida e gozava ainda de relativa saúde, tendo estado retido cerca de quatro anos em casa apenas por ter muita dificuldade em andar.

Ultimamente era sócio-gerente das firmas Costa & Mealha, Lda., e José Francisco Costa & C., Lda., de que fazem parte não apenas seus filhos mas também outros familiares a quem muito ajudou e que igualmente contribuíram para que esta fir-

ma se tornasse uma das mais conceituadas e importantes do sul do País no ramo vinícola, quer em produção, quer em comercialização.

Pela forma correcta e bondade de coração como sempre tratou quantos com ele trabalharam, José Francisco Costa, foi



merecedor da viva simpatia de que foi alvo em inúmeras ocasiões.

O saudoso extinto era viúvo da sr.ª D. Maria José do Nascimento Costa; pai da sr.ª D. Maria do Nascimento Costa de Mendonça Caleiras, casada com o nosso dedicado assinante e amigo sr. Dr. José de Mendonça Caleiras, médico veterinário em Coimbra; do sr. Dr. José do Nascimento Costa, médico ginecologista na Figueira da Foz, casado com a sr.ª D. Maria Júlia Carvalho Borges do Nascimento Costa; do nosso estimado amigo e prezado assinante sr. Eng.º Manuel do Nascimento Costa, Eng.º electrotécnico, professor efectivo da Escola Industrial de Faro, casado com a sr.ª D. Esmeralda Borges do Nascimento Costa e das sr.ªs D. Maria José do Nascimento Costa e Dr.ª D. Maria Júlia do Nas-

cimento Costa, professora efectiva da Escola Secundária de Loulé e era avô da sr.ª Dr.ª D. Maria José Borges do Nascimento Costa Roque da Cunha, casada com o sr. Dr. José Roque da Cunha, ambos professores na Escola Secundária de Lagos; Dr. José Manuel Borges do Nascimento Costa, médico, casado com a sr.ª Dr.ª D. Maria Margarida Pereira Dias da Costa do Nascimento Costa; do sr. João Paulo Borges do Nascimento Costa, finalista do Instituto Superior de Belas Artes, casado com a sr.ª D. Ana Maria Teresa de Sousa Faria de Lacerda do Nascimento Costa, do sr. António Miguel Borges do Nascimento Costa, estudante; da sr.ª Dr.ª D. Esmeralda Borges do Nascimento Costa, casada com o sr. Eng.º José da Silva Flores; da sr.ª Dr.ª D. Maria Manuel Borges do Nascimento Costa, médica; do sr. Eng.º António Nuno Borges Costa e bisavô dos jovens: Marta, Joana e Nuno.

O seu funeral constituiu uma sentida manifestação de pesar e nele se incorporaram todos os seus empregados (que quiseram fazer turnos para transportar o caixão aos ombros, e muitos dos seus velhos amigos dos tempos da sua passagem pela gerência da Empresa de Viação Algarve, Lda., uma empresa que nasceu da força de vontade, espírito de iniciativa e dinamismo de homens que souberam enfrentar e vencer dificuldades e que, após o 25 de Abril, viram esboçar-se, como simples castelo de cartas, tantos anos de trabalho persistente e duro para erguer e fazer prosperar uma empresa que o Estado usurpou em nome da Revolução dos Cravos.

A família enlutada apresenta «A Voz de Loulé» a expressão do seu sentido pesar.

O Algarve presente em diversas manifestações turísticas

A captação dos mercados turísticos, quer através da conquista de novos segmentos como na ampliação dos já existentes, constitui uma das grandes tarefas da Comissão Regional de Turismo do Algarve. Nesse sentido e de acordo com os meios de que dispõe tem a CRTA desenvolvido várias acções. Apointamos, recentemente, a sua presença em Florença (Itália) no Congresso Anual da ABTA (Associação das Agências de Viagens Britânicas), acontecimento de grande importância em face da posição do mercado inglês no nosso contexto turístico. Ali se deslocou o sr. Horácio Cavaco Guerreiro, membro da Comissão Administrativa da CRTA e conceituado técnico de turismo.

Acompanhando a acção realizada pelos «hóteis de luxo do Algarve» no Casino de Puerto de Santa Maria, acção que se estendeu às zonas de Jerez de la Frontera, Cádiz, Sevilha, Granada e Huelva, esteve presente a dr.ª Ana Maria Caldeira, responsável pelos Departamentos de Promoção, Relações Públicas e Animação da Comissão Regional de Turismo do Algarve.

JSD ganha eleições na Escola Secundária de Loulé

Em eleições realizadas no passado dia 13 na Escola Secundária de Loulé, saiu vencedora, por maioria absoluta, a lista B, afecta à Juventude Social Democrata.

Das quatro listas candidatas, ganhou a lista B, com 507 votos, seguida da lista C, com 278 votos (Independentes); a lista A, afecta à Juventude Socialista e Juventude Comunista Portuguesa, obteve 143; a lista D, também constituída por Independentes, alcançou 20 votos.

Registaram-se 20 votos nulos, 6 brancos e 526 abstenções.

A lista vencedora é formada pelos estudantes: João Ramos (Presidente); Alvaro Viegas (Vice-Presidente); David Alcaria (Presidente R. G. A.); Clara Guerreiro (Tesoureiro); Sérgio Silva (1.º Secretário) e António Sérgio Brito da Mana (2.º Secretário).

Nos Estados Unidos Assinalável êxito na primeira Festa Social da Beneficência Algarvia

De harmonia com o que prometemos no nosso último número, publicamos hoje mais uma crónica acerca da festa recentemente levada a efeito nos E. U. A. por um grupo de louletanos que pretende oferecer um novo aparelho de Raios X ao Hospital de Loulé.

Esta notícia é transcrita do jornal «Luso-Americano», que lhe deu o título acima.

«Como o «Luso-Americano» revelou oportunamente, foi fundada em New Jersey, há cerca de oito meses, uma nova associação portuguesa, cujas principais linhas directivas se orientam para a beneficência.

Trata-se da «Beneficência Algarvia» que, como o nome já indica, integra os naturais da província portuguesa do Algarve, designadamente os algarvios que estão radicados nos Estados de New Jersey, New York, Massachusetts, Washington D. C. e Maryland.

Como igualmente já referimos, esta fundação consumou-se com a ideia de se organizar um movimento de apoio à aquisição de um moderno aparelho de «Raios X» que o emigrante-algarvio se propõe colocar ao serviço de Loulé e seu concelho.

A iniciativa, presidida pelo sr. José dos Reis Cabrita, prontamente foi secundada pelo seu primeiro grupo de trabalho, que envolve algumas dezenas de algarvios, dos quais saíra a primeira direcção da «Beneficência Algarvia» e que é constituída do seguinte modo:

— José dos Reis Cabrita, António Pereira, Helder Assunção, Alda Rilhó, Maria José Assunção, Graciano Rilhó, Manuel Assunção, Angelo Costa e Diamantino Assunção.

PRIMEIRO ACTO OFICIAL

O primeiro acto oficial desta nável colectividade portuguesa nos Estados Unidos, ocorreu domingo passado, durante uma festa social que teve lugar no salão de festas do clube português de Elizabeth.

Cerca de quinhentas pessoas encheram literalmente a bonita sala, desta vez artisticamente decorada com motivos algarvios, nomeadamente com as características «amendoeiras em flor» num precioso trabalho do grupo de senhoras que primou por dar uma natural ambiência algarvia ao acontecimento, não faltando sequer em cada mesa, as tradicionais alfarrobas, as amendoeiras de casca e os figos secos famosos na linda província portuguesa que se evoca.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

INFORMAÇÃO / HABITAÇÃO

A Câmara Municipal de Loulé torna público que já funciona na Secretaria desta edilidade, o SERVIÇO DE APOIO À HABITAÇÃO, que, entre outras atribuições, prestará informações sobre a problemática da habitação social no Concelho de Loulé, a quem delas quiser recorrer.

O horário de funcionamento será entre as 14 e 17 horas, todos os dias úteis.

A Câmara Municipal de Loulé espera desta forma criar o embrião de um apoio efectivo aos municípios louletanos que se debatem com os diversos aspectos em que se traduz a dificuldade de habitação das classes sociais mais desfavorecidas.

A prospecção, análise e localização das necessidades, o lançamento de novos programas, bem como o acompanhamento dos actuais programas de construção social, constituirão as preocupações fundamentais do Serviço de Apoio à Habitação.

Loulé, 6 de Novembro de 1980.

O Vereador Substituto do Presidente,
José Mendes Bota

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

INFORMAÇÃO / HABITAÇÃO

Estando a Câmara Municipal de Loulé envidando esforços no sentido de resolver a situação dos agregados familiares do Bairro clandestino de Quarteira, (Bairro dos Pescadores) mediante a construção de 128 habitações do Fundo de Fomento da Habitação actualmente já em fase de arranque destinados a alojar as famílias que aí residem nas mais precárias situações de enslurubridade, vai a partir da próxima quinzena fazer deslocar ao local e junto desses familiares 2 funcionários para recolha de elementos julgados indispensáveis para uma correcta análise da situação.

Loulé, 10 de Novembro de 1980.

O Vereador Substituto do Presidente,
José Mendes Bota